



Arg. ex 07/89

Câmara Municipal de Vitória

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXERCÍCIO DE 19 89

INTERESSADO: Ver. Gilsa Helena Barcellos e outros

PROJETO DE LEI N.º 11/89

PROTOCOLADO SOB O N.º 621/89

ASSUNTO:

Projeto de lei alterando o art. 63 do Estatuto P.do Município de Vitória, Lei 2 945, de 13 de maio de 1982.

AUTUAÇÃO

Aos 23 dias do Mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e nove, autuo, nos termos da lei, a petição de fls. 1 e mais documentos que se seguem.


.....
PROTOCOLISTA

PROJETO DE LEI Nº // / 89

EMENTA : Altera o artigo 63 do Estatuto do Magistério Público do Município de Vitória, Lei nº 2945, de 13 de maio de 1982, e institui Eleições Diretas para a Direção da Unidade Escolar e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vitória, resolve:

Art. 1º - O Art. 63 do Estatuto do Magistério Público de Vitória, aprovado pela Lei nº 2945 de 13 de maio de 1982, passa a ter a seguinte redação:

" Art. 63 - A Direção da Unidade Escolar será exercida por pessoal efetivo do Grupo Magistério, que conte com um mínimo de 02 (dois) anos de serviço na Prefeitura Municipal de Vitória eleito pela Comunidade Escolar, respeitada a habilitação prevista em lei.

Art. 2º - Fica revogado o Parágrafo Único do artigo 63, do Estatuto do Magistério Público do Município de Vitória, Aprovado pela Lei nº 2945 de 13 de maio de 1982.

Art. 3º - Fica acrescido no capítulo V, do Estatuto do Magistério Público de Vitória, Lei nº 2945 de 13 de maio de 1982, com mais sete artigos, com as seguintes redações:

Art. 64 - O candidato que obtiver maioria simples dos votos na eleição direta e secreta pela Comunidade Escolar, será o Diretor nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

§1º - Define-se por Comunidade Escolar todos os especialistas em educação, Professores, Assistentes Técnicos de Direção, Pessoal Administrativo e de apoio, Alunos maiores de 16 (de zesseis anos) e pais dos alunos.

§2º - A representatividade total de alunos e pais de verá ser idêntica ao número de funcionários e servidores da Escola.

Preparar
2
at
a

Câmara Municipal de Vitória

Art. 66 - Fica excluído do Quadro de Cargos em Comissão, que integra o Anexo III da Lei nº 2551/78, o cargo de Diretor de Escola, padrão CC-6.

Art. 65 - O mandato do Diretor eleito será de 2 (dois) anos.

Art. 67 - O Diretor Escolar será gratificado pela função, obedecendo a classificação tipológica da Unidade Escolar, a saber:

CT - A - 60%

CT - B - 70%

CT - C - 80%

CT - D - 90%

PARÁGRAFO ÚNICO - A gratificação de que trata o caput deste artigo será calculada tomando-se por base o vencimento do funcionário nomeado.

Art. 68 - Para exercer a função de Diretor, o funcionário deverá cumprir carga horária diária de 8 (oito) horas.

Art. 69 - A classificação tipológica da Unidade Escolar será de acordo com o número de turmas, assim distribuídas:

CT - A - até 10 turmas

CT - B de 11 a 20 turmas

CT - C - de 21 a 30 turmas

CT - d - acima de 30 turmas

Art. 70 - Este Capítulo constituirá objeto de regulamentação desta Lei. "

Art. 4º - Os atuais artigos 64 do Capítulo I, 65, 66, e 67 do Capítulo II, 68, 69, 70 e 71 do Capítulo III passam respectivamente a 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78, ficando corrigida a numeração dos artigos subsequentes.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de Fevereiro de 1989.



GILSA HELENA BARCELLOS

Vereadora PT



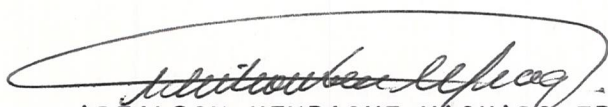
OTAVIANO DE CARVALHO

Lider do PT



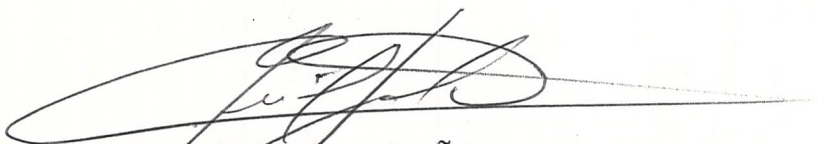
ROBSON NEVES

Vereador PT



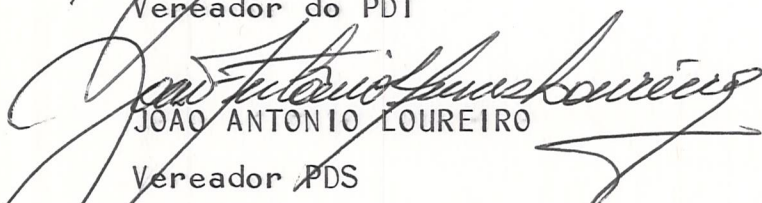
ADÉILSON HENRIQUE MACHADO FRAGA

Vereador do PDT



DERMIVAL GALVÃO

Vereador do PDT



JOÃO ANTONIO LOUREIRO

Vereador PDS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Anexado ao Processo N.º 621/89

A Anomalia Legislativa para a inclusão no expediente.

Em 23.02.89

SUPERINTENDENTE
ADMINISTRATIVO

As Comissões de Justiça e Educação e Finanças

Em 02.03.1989

Alfaro Pires Ribeiro
Presidente da Câmara

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr. Vereador

Luiza Toledo

para relatar.

Em,

8/3/89

Walfredo

Walfredo Walfredo
PRESIDENTE

Senhor Presidente:

O Município de Vitória acha-se em vias de encaminhar a esta casa Projeto de Lei instituindo o novo Estatuto do Magistério.

Por outro lado, não pode o Legislativo, tendo em vista a independência dos Poderes, imiscuir-se na esfera privativa do Executivo, vez que a matéria é de sua exclusiva competência. Tal ingerência afronta o inciso VI, do artigo 84 da Constituição Federal, além de ferir expressa disposição do artigo 155 do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis.

Ante o exposto, é de se sugerir seja a proposta reformulada e a apresentada sob forma de indicação.

Em, 31 de abril de 1.989.

LUZIA ALVES TOLEDO

VEREADORA

Aprovado o parecer.

Encaminhe-se à Secretaria da Câmara

S. S. A. V.

Presidente da Comissão

A Assessoria Técnica

Em tempo:

Em 18/04/89

A Comissão de Educação

SUPERINTENDENTE
ADMINISTRATIVO

Seu honorável

Seu honorável a comissão de Justiça
meu parceiro a questão é de inconstitucionalidade
do poder Executivo.

Pela rejeição.

Em 05/05/89

Adelson Henrique M. Fraga
Presidente Comissão Educação

Em tempo

Tendo eu nesta estar em discussões
a reformulação do estatuto do magistério, acho
muito por bem aguarde que o mesmo seja
encomendado para o legislativo, oportunizando
eu que a nobre edil embasado no teor
do projeto, apresentará suas propostas.

No momento sou pela rejeição.
Até que se aprovar o novo estatuto do magistério.

Adelson

JUSTIFICATIVA

No verdadeiro regime democratico, os administradores eleitos pelo povo não se arrogam o direito de, em nome desse mandato, concentrar todos os poderes em suas mãos e dispensar a prática de estarem, permanentemente, consultando a comunidade responsável por sua eleição. Isto significa dizer que o fato de o pre-
feito de uma cidade ser eleito pelo voto direto da população não dá a ele o poder absoluto sobre os setores da administração.

É necessário e fundamental compartilhar esse poder com amplos segmentos para que seu exercício tenha maior legitimidade. Na área educacional, por exemplo, as relações diárias e o funcionamento do sistema escolar envolvem não somente alunos e professores, mas também os pais, preocupados sempre com a qualidade do aprendizado que está sendo repassado a seus filhos. Para que a comunidade receba um ensino de bom nível, democratico e que trate o aluno como um ser humano, é preciso que o comando do processo educacional, a nível da escola, esteja entregue a um representante escolhido livremente por todos os segmentos envolvidos e não a alguém imposto de cima para baixo. A eleição direta para diretor de escola, portanto, garante o respaldo necessário ao dirigente escolar para que possa implantar uma política que reflita os interesses da maioria da comunidade.

Sala das Sessões, em 22 de Fevereiro de 1989.



**SUPERINTENDENT
ADMINISTRATIVE**